

Quem disse ?

«A morte de García Lorca pesará sempre sobre a insurreição franquista e sobre o imaginário da direita espanhola como um fardo que a tornou obrigatoriamente irrecuperável.»

António Mega Ferreira
Público, 23 de Novembro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº997 26 NOVEMBRO 1998 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Decisão do Conselho de Ministros

Metro do Porto avança

O Governo do PS acaba de reunir todas as condições para o avanço definitivo do metro da Área Metropolitana do Porto, obra que estará concluída em 2003 e cujo investimento se estima em 200 milhões de contos.

«Ficam assim reunidas as condições para se poderem iniciar as obras e dotar a Área Metropolitana do Porto de um estrutura de base de todo o sistema de transportes colectivos», anunciou o ministro do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território, quarta-feira, no final da reunião do Conselho de Ministros.

O sistema de metropolitano do Porto vai assentar em quatro linhas num total de 70 quilómetros. Serão construídos 20 quilómetros de novas linhas, sendo 13 à superfície e sete em túnel. Serão ainda reconvertidos 50 quilómetros de linhas já existentes. Como referiu o ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, a rede de metropolitano será totalmente electrificada, sendo servida por 66 estações com cais de embarque e interfaces nas estações de maior tráfego. Prevê-se que a primeira linha, entre Trindade e Matosinhos, fique concluída em 2001, enquanto a restante rede estará ao serviço em 2003.

Com estas obras, faseadamente, o Governo irá disponibilizar cerca de 200 milhões de contos, mais de 24 milhões em 1999 e cerca de 47 milhões no ano 2000. No projecto do contrato do metro, prevêem-se ainda responsabilidades do Executivo para além do prazo da conclusão das obras. Nos anos de 2004 e de 2005, o Executivo continuará a ter encargos com trabalhos de manutenção.

20 ANOS



AO SOCIALISTA

Suplemento comemorativo dos 20 anos do Acção Socialista 1978 1998

Política

Internacional Socialista Guterres quer concertação de esforços no combate à crise financeira mundial



O secretário-geral do PS discursou segunda-feira em Genebra, na reunião do Conselho da Internacional Socialista. O primeiro-ministro voltou a alertar para os riscos de uma actual crise financeira se estender à esfera da economia e da sociedade, afectando vastas zonas do globo. Para combater esta eventual generalização da crise, apelou à concertação de esforços entre os países mais desenvolvidos, tendo em vista proporcionar uma saída para as regiões mundiais que se encontram em dificuldade.

Encarte

O Tratado de Amesterdão e o «Acção Socialista»



Ao enriquecermos esta edição do «Acção Socialista» com este «encarte» sobre o Tratado de Amesterdão, queremos, nas vésperas da sua rectificação pela Assembleia da República, cumprir uma parte da nossa obrigação enquanto deputados europeus: dar notícias e explicar o conteúdo, ainda que de forma sintética, aos eleitores do Tratado que nos próximos anos regulará os caminhos do nosso percurso na Europa.



20 anos em Acção

O *Acção Socialista* comemora 20 anos de existência. Duas décadas em defesa dos ideais, das ideias, dos projectos e das políticas do PS.

Duas décadas de debate político livre e plural, dando voz a todas as correntes e tendências que enriquecem e definem o PS enquanto força partidária aberta e empenhada no aprofundamento de uma sociedade mais justa e solidária.

Neste 20 anos, o *Acção Socialista* revelou-se um dos instrumentos mais significativos de dinamização e coesão do PS, abrindo um espaço a todos os militantes e simpatizantes, divulgando e informando as actividades e realizações mais importantes do Partido e dos nossos Governos.

O *Acção Socialista*, de Mário Soares a António Guterres, passando por Vítor Constâncio e Jorge Sampaio, traduziu, com rara felicidade, a vida do PS, umas vezes a alegria das vitórias, outras vezes a constatação dos maus momentos, mas sempre, sempre, a participação empenhada, a convicção firme, o desafio sereno e criativo, a tolerância assumida, a aposta e a confiança no futuro do nosso Partido e de Portugal.

Vivendo dos nossos fiéis leitores e assinantes, multiplicando e diversificando os seus colaboradores, renovando a sua apresentação gráfica – o *Acção Socialista*, avaliado através da sua edição electrónica na Internet, pela Universidade Sheffield, numa pontuação máxima de 30 pontos, recebeu o ano passado 28 pontos – o nosso semanário tem sabido, de modo decisivo, adaptar-se a este Portugal em mudança no qual vivemos.

A todos aqueles que com a sua leitura, assinatura e colaboração, contribuem, de modo decisivo, para a sua boa saúde, apresentamos os nossos mais sinceros agradecimentos.

Fernando de Sousa

Director do «Acção Socialista»



MEMÓRIAS

ACÇÃO SOCIALISTA EM 1980

AD QUER RESTAURAR CAPITALISMO PURO E DURO

A vitória do PS na Mealhada, as intervenções dos deputados do PS durante a discussão da moção de «autoconfiança» da AD na Assembleia da República e a crise interna no PS, eram os temas em destaque na edição de 27 de Novembro de 1980 do «Acção Socialista».

Na primeira página, o então director, camarada Alfredo Barroso, assinava um texto alusivo ao segundo aniversário do órgão oficial do PS.

«Apesar de todas as incompreensões, o «Acção Socialista» continua vivo, livre e polémico», escrevia o camarada Alfredo Barroso, prometendo que enquanto dirigisse o jornal, este seria uma «tribuna aberta a todos os ventos inovadores» e uma «tribuna de combate».

Composto, revisto, montado e impresso na CEIG, uma empresa gráfica onde trabalhavam dos melhores profissionais do sector, com uma redacção onde imperava a qualidade aliada à militância, o «Acção Socialista» ao longo dos dois primeiros anos cumpria a sua missão.

Na edição de 27 de Novembro de 1980 era ainda publicado um suplemento de oito páginas com a proposta de política reivindicativa da UGT e o texto do acordo estabelecido entre o PS e general Eanes.

J. C. C. B.

27 de Novembro

Quem disse?

«As políticas sectoriais do Governo AD são políticas que se inspiram na mesma filosofia e no mesmo propósito: refazer a hegemonia da classe dominante, restaurar em Portugal o capitalismo puro e duro, com todo o seu cortejo de injustiças, exploração, autoritarismo, sujeição dos interesses nacionais a estratégias alheias ao nosso país.»

Manuel Alegre



O TRATADO DE AMESTERDÃO E O «ACÇÃO SOCIALISTA»

Ao enriquecermos esta edição do «Acção Socialista» com este «encarte» sobre o Tratado de Amesterdão, queremos, nas vésperas da sua rectificação pela Assembleia da República, cumprir uma parte da nossa obrigação enquanto deputados europeus: dar notícias e explicar o conteúdo, ainda que de forma sintética, aos eleitores do Tratado que nos próximos anos regulará os caminhos do nosso percurso na Europa. Como dizemos no texto do folheto, o que nos importa é «debater e esclarecer». Verdadeiramente o que queremos é informar.

Se desta acção conjunta entre o «Acção Socialista» e o nosso Grupo Parlamentar na Europa resultar um maior conhecimento dos militantes, um pouco mais de debate organizado nas secções e nas federações, isto é, se contribuirmos, para um acréscimo de interesse sobre a Europa e o seu futuro, não só faremos justiça ao empenhamento do Governo e do nosso primeiro-ministro que negociaram o melhor Tratado possível para Portugal, como ficaremos mais ricos nas nossas convicções sobre a Europa.

Por isso o nosso obrigado ao «Acção Socialista» por esta oportunidade.

Luís Marinho



SEMANA

Reforma do património Ministério das Finanças desmente «Semanário»

Numa nota à Imprensa, o Ministério das Finanças desmentiu uma notícia publicada pelo «Semanário», no dia 13, com o título «Finanças aprovam aumento de matrizes», na qual são atribuídas declarações ao Ministério das Finanças «totalmente falsas».

No comunicado, o Ministério das Finanças «confirma que - através do gabinete

do ministro Sousa Franco - já recebeu da Comissão presidida por Medina Carreira propostas parcelares e preparatórias». Contudo, garante o comunicado, «estas só serão apreciadas, discutidas e objecto de decisão política após a discussão pública do relatório a apresentar pela referida Comissão no final de Dezembro, o qual lhes conferirá verdadeiro sentido».

Alberto Martins em Cabo Verde

Termina amanhã a visita que o deputado socialista Alberto Martins, presidente da Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República, efectuou a Cabo Verde, de 21 a 27 de Novembro, a convite do PAICV.

Durante a sua estada em Cabo Verde, o camarada Alberto Martins participou em diversos colóquios sobre «Democracia, Liberdade e Tolerância», no âmbito do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Jorge Coelho revela Lei sindical da PSP está pronta

A lei sindical da PSP já está pronta, anunciou no dia 18, no Parlamento, o ministro da Administração Interna.

Jorge Coelho, que respondia a uma pergunta da bancada comunista durante a interpegação sobre segurança interna, revelou que a lei sindical da PSP só ainda não foi a Conselho de Ministros porque a

Assembleia da República ainda não aprovou a lei orgânica da PSP.

Recorde-se que a interpegação foi uma iniciativa do Partido Popular. Durante o debate, o ministro Jorge Coelho reafirmou que, em termos de segurança, Portugal está melhor do que há três anos, e anunciou a criação de um novo modelo de passaportes.

GUTERRES QUER CONCERTAÇÃO DE ESFORÇOS NO COMBATE À CRISE FINANCEIRA MUNDIAL

O secretário-geral do PS discursou segunda-feira em Genebra, na reunião do Conselho da Internacional Socialista. O primeiro-ministro voltou a alertar para os riscos de a actual crise financeira se estender à esfera da economia e da sociedade, afectando vastas zonas do globo. Para combater esta eventual generalização da crise, apelou à concertação de esforços entre os países mais desenvolvidos, tendo em vista proporcionar uma saída para as regiões mundiais que se encontram em dificuldade. Além da crise financeira, o Conselho da Internacional Socialista analisou a situação no Kosovo, Médio Oriente, Argélia e Grandes Lagos.

António Guterres defendeu em Genebra, segunda-feira, durante a reunião do Conselho da Internacional Socialista, o carácter prioritário do ataque à crise financeira mundial, de forma a evitar que esta se transforme numa crise económica. «Regular a globalização e globalizar a regulamentação» foi o título que o primeiro-ministro deu à sua intervenção na Internacional Socialista, quando lançou o tema da resposta ao processo de globalização económico em debate na reunião que decorreu até terça-feira e que foi

presidida pelo ex-chefe de Governo francês, Pierre Mauroy.

A resposta à crise financeira, de acordo com o chefe do Governo português, «passa sobretudo pela capacidade de as nações mais desenvolvidas e as organizações internacionais terem políticas activas de promoção do crescimento, do emprego, do comércio internacional, ajudando os países em maiores dificuldades a sobreviverem» à presente conjuntura desfavorável. O secretário-geral do PS defendeu ainda a reforma das instituições internacionais de Bretton Woods (Banco Mundial e FMI), apresentando como ponto essencial a criação de um Conselho Económico de Segurança nas Nações Unidas. O objectivo, explicou António Guterres, é introduzir um controlo político sobre as acções do FMI e do Banco Mundial, tendo em vista valorizar as questões económicas e sociais e não apenas as financeiras. Ora, acrescentou, tudo isto implica uma ligação muito clara entre uma economia mundial mais justa e a generalização da democracia e do respeito pelos Direitos Humanos, associados a regras de transparência, a códigos de conduta a impor aos operadores em mercados financeiros, evitando-se assim os riscos da especulação agravada.

Brasil, China e Magreb

No que respeita à presente conjuntura financeira mundial, o secretário-geral do PS refe-

riu-se em especial ao Brasil e à China, que considerou os países alvo de eventuais ataques especulativos. «É fundamental ajudar o Brasil e a China a resistirem, na medida em que a manutenção da credibilidade das suas moedas é um factor essencial. Se as respectivas moedas viessem a cair, haveria um efeito dominó devastador sobre vastas áreas da economia mundial, o que acabaria por se reflectir nos Estados Unidos da América e na Europa», frisou o primeiro-ministro, manifestando-se depois satisfeito com a adopção de um pacote financeiro, na ordem dos 40 mil milhões de dólares, para apoiar estes países.

Reunido segunda e terça-feira na sede das Nações Unidas em Genebra, o Conselho da Internacional Socialista analisou os efeitos da actual situação dos mercados financeiros. No âmbito do seu órgão executivo, vários dirigentes de partidos socialistas, incluindo o secretário-geral do PS, estudaram a resposta ao actual processo de globalização económica e o papel a desempenhar pelos governos e instituições no assegurar de uma economia mundial sustentável.

Os conflitos no Kosovo e no Médio Oriente, bem como a situação na Argélia e nos Grandes Lagos, foram outros assuntos de um debate que envolveu cerca de uma centena de delegações de partidos.

O anterior Conselho da Internacional Socialista, órgão que se reúne duas vezes por ano,

realizou-se em Maio, em Oslo, enquanto o último congresso decorreu em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas, em 1996, na presença de 800 delegados. A Internacional Socialista agrupa hoje 143 partidos de 120 países, representando cerca de 82 milhões de pessoas.

Mário Soares a presidente

Em Genebra, a coordenadora nacional das mulheres socialistas, Maria do Carmo Romão, defendeu a candidatura do ex-Presidente da República Mário Soares para a liderança da Internacional Socialista. As palavras da camarada Maria do Carmo Romão foram proferidas numa reunião de mulheres socialistas, que antecedeu a cimeira internacional. «Neste momento, Mário Soares é uma pessoa que ultrapassa os partidos. É uma figura muito respeitada e tem o apoio de todos os portugueses. Estou certa que todos os militantes e simpatizantes do PS gostariam de ver Mário Soares a presidir à Internacional Socialista», justificou Maria do Carmo Romão, que, no próximo domingo, em Madrid, vai receber o prémio «Mulher Progressista 1999». Respondendo a esta ideia de Maria do Carmo Romão, Mário Soares, contudo, em Leiria, garantiu desconhecer quaisquer movimentações em torno do seu nome para a presidência da Internacional Socialista, recusando-se por isso a comentar a hipótese.

PRESIDENTE E PRIMEIRO-MINISTRO ELOGIAM MAGISTRADOS E PJ

Em Loures, António Guterres sublinhou a defesa intransigente que o Governo faz da autonomia judicial, tendo ainda elogiado os resultados da acção da Polícia Judiciária, onde nos últimos anos se assistiu a uma duplicação do número de quadros admitidos, bem como a um grande aumento dos investimentos. No Porto, no mesmo dia, também o Presidente da República manifestou a sua confiança na capacidade dos magistrados do Ministério Público para dosearem legítimas preocupações corporativas, em nome da abertura à sociedade. Palavras que Jorge Sampaio proferiu na sessão de abertura do V Congresso do Ministério Público.

O primeiro-ministro afirmou sexta-feira, em Loures, o respeito pela autonomia das magistraturas e, em particular, a do Ministério Pú-

blico. António Guterres presidiu ao juramento de cerca de 170 novos agentes e subinspectores da Polícia Judiciária, deixando bem claro o seguinte: «Quero aqui reafirmar com inteira clareza, por parte do Governo, a defesa intransigente da autonomia das magistraturas judicial e do Ministério Público, acompanhada da solidariedade institucional. Em particular ao procurador geral da República, Cunha Rodrigues, e ao Ministério Público, quero manifestar respeito por essa autonomia e essa solidariedade», frisou.

A Polícia Judiciária, segundo o chefe do Governo, «tem desenvolvido uma actividade que merece o reconhecimento e admiração dos portugueses». E, quando confrontado com comentários sobre uma hipotética crise na justiça em Portugal, António Guterres sublinhou que o Executivo não pode intervir na acção concreta dos tribunais, que são órgãos de soberania ao mesmo nível que o Presidente da República, a Assembleia da República e o Governo. Admitiu, contudo, que existiam regras excessivamente morosas de aplicação da justiça, mas mostrou-se convicto que com o novo Código Proces-

so Penal «estão criadas condições para acelerar muito significativamente o seu funcionamento».

Na cerimónia, que se realizou na Escola da Polícia Judiciária em Loures, a qual recebeu pela primeira vez a visita de um chefe do Governo, fizeram o seu juramento e receberam os distintivos e armas 60 novos agentes e 97 subinspectores (o que fez quase duplicar o número de subinspectores na PJ. Nos últimos anos, foram admitidos na Judiciária 300 novos agentes e investidos cerca de 4,5 milhões de contos, tendo esta polícia actualmente um total de 1300 elementos. Também na sexta-feira, o Presidente da República manifestou a sua confiança na «capacidade de todos os magistrados do Ministério Público para, doseando legítimas preocupações corporativas e prescindindo de memórias agastadas, se manterem abertos à comunidade».

Por sua vez, o ministro Vera Jardim afirmou que o actual debate sobre a morosidade da justiça e o poder judicial tem dado azo a uma longa luta de terrenos que resvalou para um corporativismo longínquo dos objectivos da justiça. No seu discurso de encerramento do

V Congresso do Ministério Público, o membro do Governo disse que «o corporativismo é propiciador de atitudes contrárias à tão necessária cooperação entre órgãos do Estado. Não contribui sequer, com essas resvalagens, para o prestígio das instituições dele carenciadas, em período da História em que factores de desagregação social reclamam cada vez mais a sua pacificação no quadro constitucional», acrescentou. Ainda segundo Vera Jardim, «a mediatização de muitos casos e a crítica de muitas decisões, quase sempre feitas sem conhecer minimamente as circunstâncias e fundamentos, é aproveitado por muitos para um processo demolidor, tanto mais demolidor quanto se apoia nas fragilidades do sistema».

Referindo-se ao tema do congresso — «A Democracia, a igualdade dos cidadãos e o Ministério Público» —, Vera Jardim considerou que o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público deu um exemplo de atenção a questões mais profundas da democracia, «recolocando a questão da igualdade no centro das preocupações das sociedades modernas».

PELO PAÍS

Governação Aberta

ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA – O secretário de Estado da Administração Educativa, Oliveira Martins, deslocou-se, no dia 23, ao Algarve, onde inaugurou a Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Monte Gordo (Vila Real de Santo António), de Faro, de Albufeira e de Estômbar (Lagoa).

AGRICULTURA – O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, e o ministro da Agricultura e Pescas de São Tomé e Príncipe, Hermenegildo Sousa e Santos, assinaram, no dia 20, em Lisboa, um protocolo de execução do Programa de Apoio às Médias Empresas Agrícolas (PAMEA).

Trata-se de um instrumento de actuação da cooperação agrícola portuguesa em São Tomé e Príncipe, visando contribuir para o desenvolvimento económico santomense, diversificação das culturas e condições de produção agrícola.

O Estado português contribuirá com um financiamento no montante de 245 068 contos para os três anos de duração do programa, assegurados pelos Instituto da Cooperação Portuguesa e pelo Ministério da Agricultura.

O PAMEA funcionará com uma Unidade de Gestão, co-dirigida por dois técnicos, um português e outro santomense, sediada em São Tomé e Príncipe, que será responsável pela coordenação e controlo de todos os projectos, em articulação com um coordenador sediado em Lisboa, e nomeado pelo Ministério da Agricultura, em concordância com o Instituto da Cooperação Portuguesa.

AVEIRO – O governador civil de Aveiro, Antero Gaspar, deslocou-se, no dia 21, a Pinheiro da Bemposta, no concelho de Oliveira de Azeméis, onde presidiu à inauguração dos balneários da sede social do Futebol Clube Pinheirense.

No mesmo dia, Antero Gaspar participou na homenagem aos professores, organizada pelo município de Oliveira de Azeméis.

O governador civil presidiu, no dia 20, no Auditório do Instituto Português da Juventude de Aveiro, à abertura do encontro «Sociedade Civil em diálogo».

Tratou-se de um evento inserido no âmbito da III Semana Europeia de Prevenção das Toxicodependências.

Organizado pelo núcleo distrital do Projecto Vida de Aveiro, o encontro visou promover a partilha e reflexão sobre experiências e práticas desenvolvidas numa perspectiva de prevenção primária da toxicodependência, e a sensibilização da sociedade civil.

CULTURA – O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, e a secretária de Estado da Cultura, Catarina Vaz Pinto, apresentaram, no dia 20, na Sala Quansy do Centro Cultural de Belém, em Lisboa, a proposta de Lei de Bases do Património Cultural, aprovada em Conselho de Ministros na passada quinta-feira, e que será

enviada ao Parlamento para apreciação e aprovação.

No âmbito da proposta merecem especial destaque o novo Regime de Protecção dos Bens Patrimoniais, a criação de um Sistema Nacional de Informação do Património Cultural e o reforço dos mecanismos de protecção aos proprietários dos bens, em caso de roubo.

DESENVOLVIMENTO RURAL – O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, presidiu, no dia 19, no Luso, concelho da Mealhada, à sessão de encerramento da «3ª International Conference on Forest Fire Research».

No mesmo dia, Vítor Barros participou na sessão solene de apresentação do Projecto de Desenvolvimento Integrado Vitivinícola da Adega Cooperativa de Castelo de Paiva.

ECONOMIA – O ministro da Economia, Pina Moura, esteve presente, no dia 19, no EuroParque, em Santa Maria da Feira, onde presidiu à sessão de abertura das Jornadas Empresariais Portuguesas, inseridas nas comemorações dos 150 anos da Associação Industrial Portuense.

EQUIPAMENTO – Concluída a reforma do sector marítimo-portuário, o ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, deu posse, no dia 20, na Gare Marítima da Rocha de Conde D'Óbidos, aos elementos dos Conselhos de Administração do Instituto Marítimo-Portuário e Institutos Portuários do Norte, Centro e Sul.

O Instituto Marítimo-Portuário tem como objectivo principal assegurar, num órgão único, as funções globais de supervisão, fiscalização e planeamento estratégico, centralizando as competências em matéria de segurança da navegação marítima e de regulação das actividades de transporte por mar.

Os Institutos Portuários assumem a natureza de entidades públicas com a incumbência de reorganizar a actual estrutura das Juntas Autónomas dos Portos, reagrupando os organismos existentes por três conjuntos portuários.

FARO – O governador civil de Faro, Joaquim Anastácio, participou, no dia 20, na Festa de Homenagem aos Atletas Algarvios Campeões Nacionais, realizada no Centro Cultural de Vila Real de Santo António.

JUVENTUDE – O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, deslocou-se, no dia 20, ao distrito de Viana do Castelo, para contactar directamente com os jovens e as suas múltiplas realidades.

O ponto alto desta visita de trabalho foi a inauguração do Gabinete de Apoio à Sexualidade – Espaço Jovem, na Delegação Regional do Instituto Português da Juven-

tude. Refira-se que até ao final da presente legislatura, todas as delegações regionais do IPJ serão dotadas de Gabinetes de Apoio à Sexualidade.

Miguel Fontes visitou, também no âmbito desta deslocação, as obras da Pousada de Juventude de Viana do Castelo, uma construção há muito desejada pela população do distrito, e que estará concluída no início do segundo semestre de 1999.

No dia 19, Miguel Fontes presidiu, em Cascais, à XIV Conferência Europeia da Associação do Cartão Jovem intitulada «Qualidade e Inovação».

Uma vez por ano a Assembleia Geral da Associação do Cartão Jovem reúne-se em conferência, no país designado pela Assembleia anterior, tendo sido Portugal o país escolhido para organizar o encontro deste ano.

É no âmbito desta Assembleia que se delibera sobre as questões relacionadas com o Cartão Jovem, a nível internacional, o qual conta, actualmente, com dois milhões e meio de portadores europeus.

O Cartão Jovem visa promover, apoiar e fomentar acções de intercâmbio e turismo juvenil, bem como facilitar o acesso dos jovens a actividades de carácter cultural, desportivo e de lazer, favorecendo ainda a aquisição de bens e serviços.

MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA – O secretário de Estado da Modernização Agrícola e da Qualidade Alimentar, Luís Vieira, deslocou-se, no dia 22, a Aveiro, para presidir à sessão de encerramento do XIX Concurso Nacional da Raça Holstein Frísia que decorreu no Parque de Feiras e Exposições.

TRABALHO E SOLIDARIEDADE – O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, presidiu, no dia 19, em Lisboa, ao acto oficial de abertura do II Congresso Nacional de Direito do Trabalho, promovido pelo IDICT, e que decorreu no Centro de Congressos do Instituto Superior Técnico.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 19 de Novembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução sobre medidas para o desenvolvimento do ensino na área da saúde;
- Um decreto-lei que estabelece regras sobre o regime geral de estruturação de carreiras na Administração Pública;
- Um decreto-lei que procede à adaptação à administração local do decreto-lei que estabelece as regras sobre o ingresso, acesso e progressão nas carreiras e categorias do regime geral bem como as respectivas escalas salariais;
- Um decreto-lei que dá nova redacção a alguns artigos e adita outros ao decreto-lei n.º 329/93, de 25 de Setembro, por forma a possibilitar a flexibilização da idade de acesso à pensão de velhice do regime geral da segurança social;
- Um decreto-lei que altera o diploma que regula o acesso e o exercício da actividade das agências de viagem e turismo;
- Um decreto-lei que altera o diploma que estabelece o regime jurídico da publicidade dos medicamentos para uso humano;
- Uma proposta de lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural;
- Um decreto-lei que atribui o Grande Colar da Ordem Militar de Santiago de Espada, ao escritor José Saramago, nos termos da Lei Orgânica das Ordens Honoríficas Portuguesas;
- Uma resolução que cria uma Comissão para as Comemorações do 25.º Aniversário do 25 de Abril de 1974, que será constituída por Vasco Lourenço, Rui Alarcão e Vítor Cunha Rego;
- Um decreto-lei que estende à celebração de contratos de consolidação financeira e reestruturação empresarial, não conexos com contratos de aquisição do capital social por quadros ou trabalhadores, os benefícios previstos nos artigos 118º a 121º do Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e da Falência;
- Um decreto-lei que cria a Estação Arqueológica do Freixo como serviço dependente do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e adita o mesmo à respectiva lista de serviços dependentes;
- Um decreto-lei que aprova o regime jurídico das aquisições no domínio da Defesa abrangidos pelo artigo 223º, alínea b) do Tratado de Roma;
- Um decreto-lei que altera a orgânica da Inspeção-Geral da Administração Interna;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária relativa às medidas de controlo a aplicar a certos subprodutos e aos seus resíduos em animais vivos e respectivos produtos;
- Um decreto-lei que cria no âmbito da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, o Estabelecimento Prisional de Santarém, caracterizado como estabelecimento prisional especial;
- Uma resolução que ratifica as normas provisórias do plano de urbanização da Quinta do Conde, no município de Sesimbra;
- Um deliberação que nomeia o Jorge Manuel Silvério para o cargo de comandante da Brigada Mecanizada Independente.

DESTAQUE - CM

Segurança Social

FLEXIBILIZAÇÃO DA IDADE DA REFORMA

A possibilidade de flexibilização da idade de acesso à reforma foi aprovada, no dia 19, em reunião de Conselho de Ministros através de um projecto de decreto-lei da iniciativa do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

O diploma introduz um novo princípio de flexibilidade que permite o prolongamento da vida activa para além da idade legal da reforma e até ao limite dos 70 anos, com uma bonificação de 10 por cento por cada ano de trabalho a mais.

Permite, igualmente, a antecipação do acesso à pensão de reforma para os 55 anos de idade, desde que o beneficiário tenha pelo menos 30 anos de descontos para a Segurança Social, havendo então lugar a uma redução de 4,5 por cento do valor da pensão por cada ano abaixo dos 65.

Neste caso, porém, se o beneficiário já ti-



ver 30 anos de carreira contributiva, haverá lugar a uma correcção que aumenta a pensão convencionada.

Segundo a Secretária de Estado da Segurança Social e das Relações Laborais, «a utilização desta nova flexibilidade é total-

mente voluntária e a requerimento do beneficiário interessado».

O cálculo quer das reduções quer das bonificações do valor das pensões segundo o novo regime de flexibilidade será sempre feito tendo como base a diferença entre a idade em que a pessoa se reforma e os 65 anos, uma vez que esta mantém-se a idade legal da reforma.

O diploma prevê também regulamentação específica, a ser aprovada após a sua publicação, para casos de antecipação em que haja natureza especialmente penosa ou desgastante da actividade profissional e situações de desemprego involuntário de longa duração.

Haverá ainda regulamentação para medidas temporárias de protecção específica a actividades ou empresas por razões conjunturais, estabelecendo o diploma nes-

se caso o princípio de que será sempre res-salvado o disposto na legislação actual vigente para estes casos.

A nova legislação admite, igualmente, que os beneficiários em situação de reforma antecipada poderão sempre, se o desejarem, proceder ao pagamento de contribuições adicionais para a Segurança Social.

Os descontos adicionais darão mais tarde direito ao cálculo de uma pensão definitiva de maior valor, em termos que serão regulamentados após a entrada em vigor do diploma.

O novo regime de flexibilidade no acesso à pensão de reforma prevê ainda que, se o beneficiário com mais de 65 anos falecer sem ter requerido a sua pensão bonificada, a bonificação a que teria direito será sempre considerada para o cálculo da pensão de sobrevivência, quando houver lugar a ela.

DESTAQUE - CM

Ensino na área da saúde

UNIVERSIDADE VAI PARA BEIRA INTERIOR

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 19, uma resolução sobre medidas para o desenvolvimento do ensino na área da saúde.

Este diploma assume um conjunto de medidas estruturantes para o desenvolvimento do ensino na área da saúde, no quadro de um plano integrado, determinando, para esse efeito, uma conjugação dos esforços de diversos departamentos governamentais.

As medidas assumidas procuram, assim, responder à forte consciência da necessidade de um salto qualitativo no desenvolvimento dos recursos humanos no domínio da saúde, pilar fundamental deste sector a que o Governo atribui importância prioritária para intervenção na próxima década.

Neste contexto, com base em critérios que incidem basicamente sobre a universidade, o hospital nuclear da rede de unidades de saúde onde será ministrado o ensino, a liderança do projecto e a equipa inicial, conjugados com a opção pela interioridade, já fixada pelo Executivo, foi decidida a criação da nova faculdade de ciências da saúde na Universidade da Beira Interior.

Trata-se de uma região do País com especiais características de interioridade, onde é possível articular para a concretização do projecto uma universidade - a da Beira Interior -, um hospital - o da Cova da Beira, cujas estruturas serão adequadas a esta nova função -, bem como as Escolas Superiores de Enfermagem destas da Guarda e Castelo Branco que serão objecto de reestruturação.

Simultaneamente, e no mesmo contexto de renovação do ensino da Medicina em Portugal, é autorizada a contratualização com

a Universidade do Minho da criação de um curso de licenciatura em Medicina nesta universidade.

Trata-se de um projecto com características inovadoras, que já estava subjacente à programação inicial da Universidade do Minho, que foi proposto ao Ministério da Educação em 1990 e que foi aprovado por deliberação de 13 de Julho de 1998 do seu Senado.

Estas iniciativas integram-se num conjunto mais vasto de medidas, de entre as quais se destacam o reforço da aprendizagem tutorial de qualidade na comunidade, nos centros de saúde e nos hospitais; a reorganização da rede de escolas superiores de enfermagem e de tecnologia da saúde; a reorganização da formação dos enfermeiros; a continuação da política de aumento gradual do número de vagas nos cursos de ensino superior da área da saúde; o estabelecimento de uma parceria entre os Ministérios da Educação e da Saúde com o objectivo de regular e articular o contributo e a responsabilidade de cada um dos Ministérios para a formação no domínio da saúde; o estabelecimento de uma parceria entre os Ministérios da Defesa Nacional, da Educação e da Saúde, no domínio da formação na área da saúde, tendo em vista satisfazer as necessidades das Forças Armadas e as missões a que são chamadas no contexto internacional; e, por último, o estabelecimento de uma parceria entre os Ministérios da Educação, da Saúde e da Ciência e da Tecnologia, que visa criar, no domínio das ciências da saúde, as condições para uma intervenção dirigida ao incremento da investigação potenciando o papel desta no ensino e na melhoria da saúde.

DESTAQUE - CM

Turismo

ALTERADO ACESSO E EXERCÍCIO DE ACTIVIDADES TURÍSTICAS

O Governo decidiu alterar o diploma que regula o acesso e o exercício da actividade das agências de viagens e turismo.

O decreto-lei aprovado na reunião de Conselho de Ministros da passada quinta-feira, dia 19, realizada em Lisboa, vem compatibilizar o regime do diploma que regula o acesso e o exercício da actividade das agências de viagem e turismo (DL n.º 209/97, de 13 de Agosto) com o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos turísticos e das casas e empreendimentos de turismo no espaço rural (respectivamente DL n.º 167/97 e DL n.º 169/97, ambos de 4 de Julho).

O diploma circunscreve a noção de empresa aos tipos societários que garantam o cumprimento dos requisitos de acesso ao exercício da actividade das agências de viagens e turismo, assume a preocupação de salvaguarda dos interesses dos consumidores, e vem clarificar o regime aplicável às pessoas singulares e a determinadas pessoas colectivas que, sem regularidade nem fim lucrativo, organizam viagens turísticas para terceiros.

Em termos objectivos, o decreto-lei apresenta como principais inovações a noção de empresa, prevista no seu articulado, que deixa de abranger a figura do comerciante em nome individual, por este não oferecer garantias suficientes do cumprimento das obrigações que impendem sobre as agências de viagens e turismo, e por constituir um foco potencial de concorrência desleal; O diploma abrange novas realidades entretanto criadas, quer a nível do alojamento (as casas e empreendimentos turísticos de espaço rural e as casas de natureza), quer a nível da animação turística (designadamente as iniciativas e projectos contemplados no

decreto regulamentar n.º 22/98, de 21 de Setembro).

A delimitação do conceito de pessoa colectiva por forma a impedir que as empresas possam, por esta via, organizar viagens turísticas sem cumprirem os mesmos requisitos que as agências de viagens; a introdução de melhoramentos no domínio dos procedimentos administrativos, dispensando, no caso das sucursais de agências, algumas exigências e formalidades que só faziam sentido relativamente à agência-sede e a implementação de um maior rigor na avaliação da idoneidade comercial ao passar a aferir esta qualificação a partir da apresentação de documentos obrigatórios, nomeadamente certidões de registo comercial e cópias autenticadas dos contratos de prestação de garantias; são outras das novidades trazidas pela legislação aprovada.

O diploma cria, ainda, condições para um mais fácil acesso das agências de viagens e turismo à profissão de transportador rodoviário interno e internacional de passageiros; obriga as agências a prestarem ao cliente, em tempo útil, informações sobre o nome, endereço e número de telefone da sua representação no local de destino, ou, não existindo tal representação, os dados identificadores e de contacto das entidades locais que possam assistir o cliente em caso de dificuldade; e prevê, que o cliente possa contratar com terceiros serviços de alojamento e transporte não incluídos no contrato, a expensas da agência de viagens.

Por último, o decreto-lei limita a responsabilidade da agência de viagens quando esta não puder accionar o direito de regresso relativamente a terceiros prestadores de serviços expressamente previstos no contrato

DESTAQUE – CM

Património cultural

O PREENCHER DAS LACUNAS JURÍDICAS

A proposta de lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural teve carta branca do Governo.

Este diploma, aprovado, na quinta-feira, em Conselho de Ministros, visa pôr termo à dispersão legislativa e aos vazios de regulamentação que se verificavam na área da protecção e valorização do património cultural e, simultaneamente, adequar o direito interno aos novos critérios e formas de protecção ditados pelo Direito Internacional e pelo Direito Comunitário.

Por outro lado, para além desta necessidade de uma profunda, coerente e exequível resposta legal às exigências da defesa e valorização do património cultural, a reforma era também necessária em face do regime autónomic insular, tanto mais quando no novo artigo 228º, alínea b), da Constituição se consagra expressamente que o património cultural é matéria de interesse específico das regiões autónomas.

Neste quadro, as principais orientações perfilhadas no diploma relevam, em primeiro lugar, da procura de um adequado nível



de concretização da constituição do património cultural, nas suas dimensões subjectiva e objectiva.

Em segundo lugar, este texto legal surge especialmente orientado ao aperfeiçoamento da coerência interna do regime jurídico aplicável, de que é ponto de partida

uma definição precisa do respectivo objecto e âmbito. Uma terceira orientação tem a ver com a combinação de soluções que, de um lado, vêm da tradição portuguesa, e, de outro, com novas fórmulas e novos instrumentos colhidos do direito comparado e da doutrina mais recente.

Outro objectivo determinante tem a ver com a preocupação de garantir maior eficácia e agilidade a todo o sistema normativo aplicável.

Em síntese, podem elencar-se algumas das soluções e inovações propostas no sentido da garantia de maior eficácia e agilidade do sistema:

- É criado um registo próprio, e um título, para cada forma de protecção;
- São definidos, pela primeira vez, os critérios genéricos para a apreciação do interesse cultural;
- Prevê-se o sistema nacional de informação do património cultural;
- São definidos prazos e regras claras quanto ao procedimento, prevendo-se a possibilidade de devolução das tarefas;
- Os co-proprietários vêem reforçados os

seus direitos;

- São previstas medidas provisórias e reforçadas os instrumentos urbanísticos de protecção, além da previsão de medidas especiais para a defesa da paisagem e do contexto dos monumentos, conjuntos e sítios;

- Enunciam-se os elementos de conexão aplicáveis aos bens móveis e impõe-se inventário obrigatório dos bens públicos, do mesmo passo que se admite a qualificação automática de certos bens públicos;
- Dispõe-se, com a densidade necessária, sobre as bases aplicáveis à exportação, à importação e ao comércio de bens culturais;

- Elencam-se as componentes e os instrumentos de valorização;
- Definem-se com rigor as atribuições do Estado, das regiões autónomas e das autarquias, decretando-se providências especiais de carácter organizatório;
- Dinamiza-se o regime de benefícios, incentivos e apoios; reforça-se a tutela penal e institui-se uma tutela contra-ordenacional suficientemente comprometida com as soluções desenhadas.

DESTAQUE – CM

Publicidade a medicamentos

MÃO DURA NA PREVENÇÃO CONTRA CORRUPÇÃO

O regime jurídico da publicidade dos medicamentos de uso humano foi alterado, na reunião de Conselho de Ministros do dia 19, no que toca à concessão de incentivos e acolhimento dos profissionais de saúde, pela Indústria Farmacéutica, introduzindo um sistema de registo obrigatório dos mesmos.

Quanto aos incentivos, regulou-se de modo a não permitir a concessão de ofertas, prémios, benefícios pecuniários ou em espécie, excepto quando se tratar de objectos relacionados com a prática da medicina ou da farmácia e de valor intrínseco insignificante.

Caem fora da alçada desta proibição geral os custos de acolhimento de pessoas habilitadas a prescrever ou a dispensar medicamentos, no âmbito de eventos científicos e acções de formação e promoção de medicamentos, desde que tais incentivos não constituam contrapartida da prescrição ou dispensa de medicamentos.

Admite, também, o pagamento de honorários aos profissionais de saúde desde que tenham participação científica activa, nomeadamente através da apresentação de comunicações científicas em eventos desta natureza ou em acções de formação e promoção de medicamentos.

Nos termos do decreto-lei aprovado pelo Governo, considera-se que as acções de formação podem ser patrocinadas pela indústria farmacéutica, e definem-se as con-

dições de acolhimento - o qual deve ser razoável, ter carácter acessório e não deve ser alargado a pessoas que não sejam profissionais da saúde, podendo abranger a inscrição, a deslocação e a estadia em manifestações de carácter exclusivamente científico e, ainda, em acções de formação e promoção de medicamentos, que comportem uma efectiva mais valia científica ou ganho formativo para os participantes.

As acções de promoção de medicamentos, de formação e de eventos científicos, devem constar de documentação promocional relativa aos mesmos, devendo igualmente conter a identificação dos participantes e dos trabalhos ou relatórios publicados, após a sua realização - documentação que terá de ser mantida em arquivo durante 5 anos - com vista a proporcionar a sua fiscalização sucessiva por departamentos inseridos na orgânica do Ministério da Saúde.

As condições de participação dos profissionais do Serviço Nacional de Saúde nos eventos referidos será objecto de regulamentação específica.

O diploma amplia as situações consideradas contra-ordenações, aumenta o valor das coimas para cerca do dobro do valor actual, e estabelece expressamente, que a punição, através de coima, não prejudica a responsabilidade criminal que ao caso couber.

TRANSPORTES

Travessia ferroviária do Tejo

GOVERNO GARANTE «NÍVEIS TARIFÁRIOS»

O Executivo socialista garantiu, no dia 20, que no eixo ferroviário norte-sul, a entrar em funcionamento em Abril próximo, serão aplicados «os níveis tarifários actuais para a maioria das deslocações» nos caminhos-de-ferro.

Em comunicado divulgado na passada sexta-feira, o Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (MEPAT) refere, também, que haverá na travessia ferroviária do Tejo títulos especiais para a terceira idade, reformados e pensionistas com 50 por cento de desconto e títulos próprios para crianças com 25 por cento de desconto.

Os títulos de transporte que serão comercializados prevêem as seguintes modalidades principais: passes mensais para o comboio e passes mensais combinados com outras redes de transportes colectivos.

Por exemplo, um bilhete simples para uma viagem Foros de Amora-Lisboa custará 440 escudos. Mas, se esse título de transporte for combinado com o Metro, será apenas de 182 escudos.

O MEPAT explica, igualmente, que numa viagem Foros de Amora-Lisboa o bilhete simples será de 380 escudos, descendo esse valor para 159 escudos se for combinado com o Metro.

Outro caso apontado é a ligação Corroios-Lisboa, em que o bilhete simples custará 320 escudos, contra os 136 escudos que



representará a combinação com o Metro. Se o utente fizer a ligação Pragal-Lisboa, pagará 260 escudos pelo bilhete simples e 114 escudos se igualmente combinado com o Metro.

Além disso, o preço para quem pretender ter estacionamento integrado com o transporte na Margem Sul, em termos de passe, será de 128 escudos por dia.

A «melhoria significativa da qualidade do serviço e a importantíssima redução dos tempos de viagem» que resultarão do novo eixo ferroviário norte-sul são salientados pelo MEPAT.

Recorde-se que a reestruturação do sector ferroviário em Portugal permitiu, pela primeira vez, a atribuição da concessão a um privado de um eixo de transporte.

DEPUTADO MARQUES JÚNIOR

Segurança interna

MONTEIRISTAS DO PP QUEREM TRAMAR PSD?



«Os portugueses sabem que este Governo tem feito tudo ou quase tudo o que lhe é possível fazer para criar as melhores condições de segurança aos cidadãos e não se lhes reconhece, perdoem senhores deputados do PSD e do PP, autoridade política para questionarem o Governo PS sobre o seu esforço e dedicação à causa da segurança», afirmou no dia 18, no Parlamento, o capitão de Abril Marques Júnior.

O deputado do PS, que falava durante uma interpeleção do PP sobre segurança interna, lembrou que esta iniciativa surge numa altura em que ainda estão presentes os ecos da discussão, na generalidade, do Orçamento de Estado para 1999 e sublinhou que os debates então realizados «demonstraram, de forma inequívoca, que a oposição de direita está sem argumentos que a credibilizem como alternativa».

Para o deputado da bancada socialista, «não sendo original, nesta legislatura, uma interpeleção ao Governo sobre questões de segurança ela reveste, neste caso, uma curiosidade que corresponde a uma divisão de tarefas entre o PSD e o PP».

Outra curiosidade apontada por Marques Júnior tem a ver com o facto de «serem os "monteiristas" os interpelantes».

«Será uma maldade? Ou é a oportunidade de colocar em evidência a má política de segurança interna enquanto o PSD foi governo?», perguntou o deputado socialista.

Marques Júnior depois de questionar a oposição de direita sobre quais a razões deste interesse pela segurança, uma área onde o Governo do PS tem feito indubitavelmente mais do que quando a direita esteve no poder, lembrou mais uma vez que «desde que o PS assumiu responsabilidades governativas, no quadro do Programa do Governo e nos

termos das Grandes Opções dos planos anuais e do Orçamento de Estado, têm vindo a ser concretizadas as medidas necessárias ao aumento da segurança dos cidadãos e às condições em que essa segurança deve ser garantida».

A exemplo de uma intervenção recente aquando da discussão das GOP e do OE/99, Marques Júnior voltou a referir que, no âmbito da administração interna e durante a presente legislatura, o orçamento subiu 22,4 por cento com uma orientação que privilegiou a questão específica da segurança e as condições de funcionamento das forças e serviços de segurança».

Marques Júnior aproveitou para lembrar, perante o embaraço evidente de monteiristas, portistas, ex-cavaquistas e marcelistas, o muito que foi feito pelo Governo do PS ao nível das infra-estruturas e da mobilidade do serviço policial.

Defesa dos direitos dos cidadãos

«O cenário com que o Governo socialista se deparou era, no mínimo, considerado atentatório da dignidade da função policial com reflexos na sua capacidade operacional», disse, sublinhando ter havido necessidade de «promover um programa de novas construções para além da conservação e remodelação das existentes que, só no caso da PSP, totalizam 95 edifícios, enquanto as obras de conservação e remodelação foram 30».

Segundo sublinhou Marques Júnior, «as questões de segurança são demasiado importantes para serem objecto de guerrilhas partidárias», porque, frisou, «há que ter presente toda a política de defesa intransigente dos direitos dos cidadãos e é em função destes mesmos valores que devem ser tomadas as medidas adequadas de forma a garantir a sua execução».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO JOSÉ JUNQUEIRO

Novos concelhos

NÃO ÀS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS EFÉMERAS



O deputado socialista José Junqueiro afirmou, no dia 19, na Assembleia da República que, para o PS, tinha começado um novo ciclo político em matéria de organização do território, mas o Partido considera os concelhos existentes «suficientes e adequados à nossa realidade».

«O que importa é pensar novas formas, coerentes e integradas, de adequar aos municípios e freguesias os meios necessários ao seu funcionamento» defendeu.

José Junqueiro intervinha na sessão plenária do Parlamento em que as freguesias de Odivelas e Trofa passaram a concelhos.

Para o parlamentar do PS, «os resultados recentes do último referendo revelaram que a opinião pública é sensível às reformas e quer ter a certeza de que elas apontam as melhores soluções para os melhores caminhos». Por isso, «ninguém compreenderia que imediatamente a seguir ao dia 8 de Novembro, a Assembleia da República, com legitimidade, mas sem o suporte de uma reflexão global, enveredasse pela criação imediata de 20 novos concelhos consubstanciados em projectos que, na generalidade, traduzem ritmos políticos em detrimento dos verdadeiros interesses locais e do interesse nacional», explicou o deputado do GP/PS.

José Junqueiro recordou que no passado houve muitas centenas de concelhos, manifestando a preocupação de constatar que, hoje, não falem «populações que se julgam legitimadas para reivindicar a restauração da realidade anterior», sem perceber que não é dessa forma que se defende o municipalismo.

Segundo o parlamentar socialista, «o recurso a alterações sistemáticas na Lei-Quadro de Formação de Municípios, levar-nos-ia à criação de novos concelhos que tivessem pouco mais de cinco mil habitantes, tantos como qualquer freguesia que poderemos encontrar na generali-

dade dos concelhos de média dimensão».

Neste contexto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconheceu que o projecto de lei que cria o concelho de Odivelas reúne todas as condições exigidas pela Lei-Quadro e, por isso, defendeu a manutenção do seu agendamento.

Quanto à Trofa, o projecto apresentado para a criação do concelho apresenta, segundo a bancada do PS, «problemas de enquadramento na lei».

«A inviabilidade da decisão da freguesia de São Romão do Coronado implica a descontinuidade da de Covelas» um dos argumentos apresentados por José Junqueiro contra a pretensão de elevar a freguesia da Trofa a concelho.

«Acresce mesmo a possibilidade da freguesia de São Mamede do Coronado, que com a de São Romão pertencem à mesma vila, ficar em concelho diferente», explica José Junqueiro, afirmando de seguida que «na mesma vila, uma freguesia ficaria num concelho e outra no outro».

Compreende-se assim que o GP/PS tivesse feito uma ressalva no agendamento da Trofa, considerando que neste momento não reúne as condições exigidas por lei.

«Legislar por impulsos políticos, por ritmos promovidos por estratégias político partidárias adequadas apenas a efémeras conjunturas, não é a estratégia adequada para a organização administrativa e política do País», disse José Junqueiro.

Na opinião do deputado socialista, «a solução de criar vinte novos concelhos, com mais de cento e vinte novos governantes, com mais de quinhentos novos deputados, com mais seis mil novos funcionários, com vinte novas estruturas e edifícios camarários, com outros tantos edifícios e serviços municipalizados e tudo o mais que é conhecido em matéria de encargos camarários constituía uma solução polémica», uma vez que, segundo afirma, «haveria mais câmara, mas muito menos poder local».

MJR

JUNQUEIRO/GINESTAL/SARMENTO

Faculdade de Medicina

PERDEU-SE UMA BATALHA NÃO A GUERRA...

Os deputados socialistas José Junqueiro Miguel Ginestal e Joaquim Sarmento manifestaram a sua «mais viva discordância» relativamente à decisão do Conselho de Ministros do passado dia 19, de localizar a Faculdade de Medicina na Beira Interior.

Numa declaração, os deputados socialistas eleitos pelo círculo de Viseu dizem partilhar o descontentamento da população do distrito de Viseu, mas não baixam os braços.

«Nós, socialistas, não nos resignamos e apelamos aos visesenses que nos acompanhem na nossa determinação. Perdemos a batalha da faculdade, mas não perdemos a guerra do ensino universitário público. O Governo do PS não cossou funções. Continua em exercício, tal como válida e em exercício continua a nossa luta determinada por este grande projecto», lê-se no texto da declaração.

Os parlamentares do PS/Viseu afirmam-se «de consciência tranquila quanto aos esforços realizados».

Recorde-se que o Partido Socialista de Viseu, através dos seus órgãos próprios e dos seus deputados, assumiu o compromisso de lutar pela criação de ensino universitário público naquela região do País.

Nesse sentido, para além de contactos institucionais com o Executivo e com as Universidades de Coimbra e Aveiro, o PS/Viseu apresentou, na Assembleia da República, um projecto de lei subscrito por mais de 50 parlamentares do continente e das ilhas.

O PS/Viseu acompanhou e participou, ainda, no projecto que sempre desejou e que a Comissão de Educação da Assembleia Municipal concretizou, bem como em reuniões institucionais promovidas pela mesma comissão. MJR

TRANSPORTES

Metro Ligeiro

EXECUTIVO CRIA EMPRESA INSTRUMENTAL

O Governo vai avançar numa primeira fase com uma empresa instrumental estatal para o lançamento do concurso internacional para o Metro Ligeiro Sul do Tejo, garantiu, no dia 19, o secretário de Estado dos Transportes, Guilhermino Rodrigues, em sede da Comissão Parlamentar de Economia e Finanças, onde se iniciava a discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 1999 (OE/99), garantiu que a solução encontrada, para avançar com esse projecto, foi constituir uma empresa instrumental do Estado que lançará o concurso para a concessão do Metro Ligeiro Sul do Tejo (MLST), já que «há divergências entre o Governo e as Câmaras Municipais». Segundo adiantou o governante, neste momento decorrem alguns estudos para ultrapassar as dúvidas postas pelo Conselho Su-

perior de Obras Públicas no parecer que deu sobre o assunto.

Quanto à extensão do Metro Ligeiro Sul Tejo até ao Barreiro, como previsto na rede básica dos transportes, Guilhermino Rodrigues, em esclarecimentos aos deputados, adiantou que «neste momento não é possível, dado que a CP tem projectos para a Linha Ferroviária do Barreiro, prevendo-se a sua reactivação, através da modernização e electrificação da linha».

A extensão ao Barreiro do metro estava prevista através da reafecção das infra-estruturas do caminho de ferro para o metro.

O secretário de Estado dos Transportes disse ainda que «em desenvolvimento pela CP os estudos sobre qual o destino que a empresa vai dar à Linha do Barreiro».

EURO EM ALTA DESEMPREGO EM BAIXA

Os cidadãos dos grandes e médios países da União Europeia são actualmente mais favoráveis ao euro do que há um ano atrás, segundo o último inquérito da Eurostat sobre as «tendências das opiniões públicas na Europa».

Assim, 71 por cento dos italianos, 65 por cento dos espanhóis e 63 por cento dos franceses consideram o euro de forma positiva ou muito positiva.

De registar que mesmo na Alemanha, onde até há pouco tempo a desconfiança era grande, há agora 51 por cento de opiniões positivas ou muito positivas sobre o euro. Também na Irlanda a maioria da população apoia a passagem para a moeda única, de acordo com uma sondagem publicada em 6 de Novembro.

Por outro lado, de salientar que o desemprego se situou pela primeira vez abaixo da barreira psicológica dos 10 por cento, registan-

do-se uma taxa de 9,9 por cento em Setembro, o que já não acontecia desde 1992.

Em Setembro do ano passado o desemprego na Europa situava-se nos 10,6 por cento.

No pódium de honra continua o Luxemburgo com uma taxa de desemprego de 2,2 por cento, enquanto no lado oposto continua a Espanha com uma taxa de desemprego de 18,5 por cento.

Em Portugal, o desemprego está nos 4,6 por cento, tendo vindo a diminuir desde há três anos.

Mas, é necessário sublinhar, grande parte do emprego é precário, o que significa o domínio da instabilidade laboral e a ausência, na prática, de direitos dos trabalhadores, para além do recurso generalizado por parte de certos «empresários» a formas ilegais de contratação como os recibos verdes, uma situação intolerável.

FUNDOS COMUNITÁRIOS

O PE votou no passado dia 19 um conjunto de relatórios sobre os fundos estruturais, de coesão e PAC que vão ao encontro das aspirações de Portugal e derrotam, sobretudo, as pretensões de alguns países do Norte, sobretudo da Alemanha e Holanda, que pre-

tendiam ver consagradas posições restritivas quanto à definição dos critérios a aplicar às próximas perspectivas financeiras de 2000-2006, previstas na «Agenda 2000».

Assim, no que concerne aos relatórios sobre os fundos estruturais e de coesão, ficou con-

sagrado, entre outros aspectos, que os países que façam parte do núcleo fundador da moeda única poderão continuar a ser beneficiários do fundo de coesão, instrumento fundamental para a criação de infra-estruturas promotoras do desenvolvimento.

Por outro lado, foi também aprovado o texto que defende uma considerável flexibilidade no «phasing out» para as regiões que tenham atingido um rendimento superior a 75 por cento da média comunitária, como agora acontece com Lisboa e Vale do Tejo.

Numa intervenção no plenário, o eurodeputado socialista Carlos Lage considerou «um acto de justiça» a proposta de manutenção do fundo de coesão, mas discor-

dou da possibilidade do alargamento da UE vir a ser financiado com verbas saídas dos 0,46 por cento do PNB comunitário destinadas às políticas estruturais.

Por sua vez, na discussão sobre a PAC, o eurodeputado socialista António Campos considerou que as preocupações da Comissão Europeia deviam ser, acima de tudo, as pessoas.

«A grande perspectiva da reforma é manter as pessoas no mundo rural e criar uma política agrícola que seja justa e que não distribua 40 por cento do orçamento da comunidade por um por cento das pessoas mais ricas da Europa», disse, acrescentando que «a próxima reforma da PAC terá de ser muito profunda».

CUBA ADERE AO EURO

Cuba será o primeiro país da América a adoptar o euro nas suas relações comerciais, tanto com a Europa como com os seus parceiros comunistas da Ásia.

Segundo o semanário «Juventud Rebelde», órgão oficial da juventude comunista, «o Banco Central de Cuba prevê estabelecer o regime obrigatório do euro a partir de 1 de Julho de 1999 nas transacções monetárias com os 11 países da União Europeia da zona da moeda única». Será igualmente estabelecido que as empresas cubanas deverão, a partir de Janeiro de 2000, preparar-se para negociar contratos e pagar em euros as operações

comerciais com a China, Vietname e República Democrática da Coreia.

De acordo com o jornal, para Cuba, que não pode utilizar directamente o dólar nas transacções internacionais por causa do embargo económico dos Estados Unidos, o aparecimento do euro e o seu futuro fortalecimento têm um «significado especial».

Com efeito, 44 por cento das trocas comerciais da ilha realizaram-se no ano passado com a Europa, a maioria dos créditos foram negociados com bancos do Velho Continente e metade dos turistas que visitam Cuba são europeus.

COMBATE AO DESEMPREGO É PRIORIDADE MÁXIMA

O novo chanceler alemão, o social-democrata Gerhard Schroeder, disse no dia 10, em Bona, que o seu Governo de centro-esquerda dará a máxima prioridade ao combate ao desemprego.

Gerhard Schroeder falava durante a apresentação do programa de Governo da coligação vermelha-verde (SPD/Verdes), no Bundestag.

«O nosso problema mais urgente e mais doloroso é o desemprego em massa, que conduz a perturbações psíquicas e à queda de estruturas sociais», afirmou Schroeder, acrescentando que o novo Governo «sabe que deve a sua eleição sobretudo à esperança de reduzir eficazmente o desemprego, e vamos aceitar o desafio».

O novo chanceler referiu ainda que a vitória eleitoral do SPD nas legislativas de 27 de Setembro e o acordo de coligação assinado com Os Verdes permitirão também colocar a questão social no topo da agenda europeia, «onde até agora era só



uma nota de rodapé». Na parte do seu discurso reservada à política internacional, Schroeder reafirmou que o fundamento da política externa ale-

mã continuara a ser a amizade com a França, e garantiu que Bona irá aproveitar a presidência da União Europeia, no primeiro semestre de 1999, para acelerar a integração europeia.

Quanto ao projectado alargamento da UE ao Leste do Velho Continente, o chanceler alemão afirmou que o seu governo está disposto a apoiá-lo, porque, frisou, a Europa «não deve terminar na antiga Cortina de Ferro», mas lembrou que a livre circulação de trabalhadores tem de ser alvo de uma cuidadosa negociação.

A nível interno, o Governo convocou para princípios de Dezembro a primeira ronda da concertação social, e Schroeder apelou a todos os parceiros sociais para ajudarem a superar o desemprego, que considerou «o problema do século».

Para concretizar este objectivo, o Governo SPD/Verdes pretende introduzir uma reforma fiscal ecológica, para baixar os custos adicionais do trabalho e criar mais empregos, sobretudo para jovens e mulheres.

Outro dos principais campos de acção do novo Executivo de centro-esquerda será a reconstrução do Leste alemão.

Anular liberalização dos despedimentos

O chanceler e o seu gabinete passarão a reunir-se de dois em dois meses com os governos regionais do território da ex-RDA, «para lançar projectos concretos», anunciou Schroeder.

Tal como já tinha prometido na campanha eleitoral, o SPD vai anular, a partir de 1 de Janeiro do próximo ano, os cortes nas pensões de reforma, a liberalização dos despedimentos e os cortes nos subsídios de doença levados a cabo pela coligação de centro-direita chefiada por Helmut Kohl, derrotada nas eleições de 27 de Setembro.

Além disso, baixará também a taxa de comparticipação dos pacientes da Segurança Social na compra de medicamentos.

A reforma da lei da cidadania, que permitirá aos estrangeiros residentes na Alemanha obter a dupla nacionalidade, ou naturalizarem-se alemães mais facilmente, é outro dos projectos a que os sociais-democratas e ambientalistas darão força de lei, com a sua maioria parlamentar.

ARONS DE CARVALHO PEDE PARECER AOS «MEDIA» LOCAIS

O Governo do PS está a preparar um decreto que altera a legislação sobre o Sistema de Incentivos do Estado à Comunicação Social, diz uma carta que Arons de Carvalho vai enviar a 960 jornais e rádios locais.

O anteprojecto do diploma, que prevê modificações «essencialmente de carácter técnico» à actual legislação, vai ser enviado para parecer às associações nacionais de imprensa e rádio, diz ainda a carta a enviar a 645 jornais regionais e 315 rádios locais.

A mensagem do secretário de Estado da Comunicação Social, a enviar na sequência de outras anteriores contemplando medidas do Governo sobre a imprensa, refere os novos incentivos à modernização, concursos para atribuição de frequências e para rádios temáticas e a publicidade institucional.

No «Diário da República» (II série) de 29 de Outubro foi publicado o regulamento do concurso público para rádios temáticas, refere a carta.

Este concurso abrange as frequências utilizadas por rádios que se possam classificar como temáticas e é aberto todos os anos no mês de Outubro, terminando o prazo para apresentação de candidaturas a 20 de Novembro, acrescenta.

Entretanto, foi divulgada através da Internet a lista completa das empresas que receberão em 1998 o incentivo para a modernização tecnológica, que já há anos vem sendo atribuído aos jornais regionais mas



que só em 1997 passou a contemplar também as rádios locais.

A publicação da lista das empresas contempladas com este incentivo - um total de 350 mil contos para 76 rádios e jornais locais - foi divulgada depois de terminada a campanha para o último referendo.

O incentivo foi atribuído de acordo com um critério que para as rádios privilegiou os concelhos mais pobres ou que não foram contemplados em 1997, e para os jornais os que não receberam nos últimos três anos ou têm maior periodicidade (diários, semanários e alguns quinzenários).

Rádios

São as seguintes as rádios contempladas: Rádio Vinhais, Rádio Onda Livre Macedense, Alto Ave, Montemuro, Clube Aguiarense, Graciosa, Bandarra, Singa, Planalto, Vidigueira, Larouco, Pico, Vida Nova, Elmo, Castrense, Clube de Amarante, Gilão,

Nova Antena, Jornal Caminhense, Voz do Marão, Mirobriga, Concelho de Cantanhede, Noar, Viriato, Oásis, Cidade de Tomar, Maiorca, Total FM, Santiago, Borba, Popular Afifense, Europa, Estação Rádio da Madeira, Posto Emissor do Funchal, Rádio Clube da Madeira, Rádio Linear, Jovem de Évora e Diana.

Jornais

Quanto aos jornais, são os seguintes: Diário dos Açores, A Comarca de Arganil, A Aurora do Lima, O Jornal de Amarante, Jornal da Pateira, O Correio Semanário, Notícias do Tâmega, O Sovela, Notícias de Vouzela, Diário da Guarda, Emigrante-Mundo Português, Jornal da Marinha Grande, Notícias da Amadora, Diário do Alentejo, O Povo de Guimarães, Badaladas, Expresso das Nove, Fonte Nova, Labor, Reconquista, Jornal Torrejano, Notícias de Viseu, Jornal do Algarve, Cidade de Tomar, Guarda, Correio de Azeméis, Vento Novo, Vila, Jornal de Albergaria, Jornal de Lagoa, Farol de Esposende, O Almeirinese, Jornal de Monchique, O Ilhavense, Jornal Carteira, Alvorada, Jornal da Trofa e Área Oeste. Relativamente ao concurso para atribuição de alvarás de rádio - pela Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) - concorreram 138 entidades, para as frequências disponíveis no Continente (47), Açores (9) e Madeira (5), recorda ainda a carta do Secretário de Estado.

Devido a irregularidades nos processos não foram admitidas a concurso quatro rádios, enquanto a anulação (devido a um erro na publicação do aviso) do concurso

respeitante ao concelho de Viana do Alentejo - que vai ser repetido, atingiu três candidatos.

Entretanto, o valor da publicidade institucional veiculada pela comunicação social regional «vai voltar a subir em 1998 atingindo montantes nunca antes alcançados», refere ainda a carta de Arons de Carvalho.

Tais montantes, que este ano até Outubro já tinham atingido 75 mil contos para as rádios e 50 mil contos para os jornais, entre 1996 e 1997 subiram de perto de seis mil e 11 mil contos para cerca de 44 mil e 38 mil, respectivamente.

«O grande aumento do volume da publicidade institucional não significa porém que não subsistam situações que importa corrigir», refere ainda a carta do secretário de Estado.

Nesse sentido, o Instituto da Comunicação Social (ICS) «tem tentado junto das associações da imprensa regional criar um sistema de distribuição que abranja o maior número possível de publicações», diz.

«Continuam a verificar-se situações - a que o ICS é completamente alheio - em que os anunciantes optam por escolher apenas alguns órgãos da comunicação social regional, em vez de remeter o critério de distribuição para o ICS», explica a missiva.

A carta de Arons de Carvalho refere ainda que o novo regime jurídico das empreitadas de obras públicas contempla obrigatoriamente a imprensa regional.

Na legislação até agora em vigor, previa-se a obrigatoriedade de publicação num dos jornais mais lidos na região, o que levava a que ela fosse feita muitas vezes num jornal de âmbito nacional, observa ainda.

APOSTAR NA LIGAÇÃO DAS ESCOLAS ÀS EMPRESAS

Estabelecer uma ligação entre as empresas e as escolas secundárias é uma das metas que o Executivo socialista pretende atingir, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006), para conseguir maior empregabilidade dos que terminam este nível de ensino.

Segundo o ministro da Educação, Marçal Grilo, que na passada quinta-feira, dia 19, falava na sessão de abertura de um colóquio subordinado ao tema «Ensino Secundário: Desafios e Alternativas», são várias as metas a alcançar consagradas no Plano de Desenvolvimento Económico e Social, cujos trabalhos preparatórios decorrem tendo em vista o III Quadro Comunitário de Apoio.

Marçal Grilo explicou que, na Europa, o que se irá passar em 2000-2006 será marcado pela questão do emprego - dadas as enormes taxas de desemprego que se registam na maioria dos países comunitários -, mas em Portugal o grande problema é a



empregabilidade, um assunto que não deve ser esquecido em qualquer reflexão sobre o ensino secundário.

Se para atingir a meta da empregabilidade deste nível de ensino é, na opinião do ministro, necessário diversificar a oferta criando, por exemplo, cursos tecnológicos cada vez mais próximo dos profissionais, importante também será ligar as escolas secundárias às

empresas.

«Há a fazer um grande esforço para trazer empresas para colaborar com as escolas secundárias. Não há razão para que isso não aconteça», disse, adiantando que já existem experiências nesta matéria com resultados positivos.

Segundo Marçal Grilo, as experiências, realizadas através de protocolos, foram feitas no Porto, em Sines e em Estarreja. Em alguns destes casos, os alunos tinham aulas nas empresas ou utilizavam os seus laboratórios.

É ainda no âmbito da conquista da empregabilidade do secundário que o ministro referiu como meta a atingir em 2000-2006 o equilíbrio da relação interna das vias tecnológicas, profissionais e de prosseguimento de estudos.

O objectivo, segundo a secretária de Estado da Educação e Inovação, Ana Benavente (também presente na abertura do colóquio), é com um taxa de frequência de 100 por cen-

to conseguir que esta seja equilibrada: 50 por cento dos alunos nos cursos gerais de prosseguimento de estudos e 50 por cento em outras ofertas de educação e formação numa perspectiva de inserção na vida activa.

«Uma das dificuldades do nosso sistema de ensino e que outros países têm é um certo isolamento das escolas, sem que haja grande contacto com o ambiente de trabalho», disse.

Ainda no quadro das medidas para evitar este isolamento, está previsto, à semelhança do que já está no terreno para o 9º ano, criar um período de acompanhamento da inserção na vida activa para o 12º ano.

O colóquio, que terminou no dia 20, no Conselho Nacional de Educação, tendo sido promovido em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian e tendo visado a abordagem de três temas: «Finalidades e Funções do Ensino Secundário», «Modelos Institucionais do Ensino Secundário» e «Que Ensinar no Ensino Secundário?».

PS EM MOVIMENTO

COIMBRA

Conferência sobre a Europa

O coordenador da Comissão Permanente do Partido Socialista confirmou no dia 21, em Soure, a intenção de abandonar o cargo em 1999, colocando como limite o período imediatamente após as eleições legislativas.

O camarada António José Seguro, em declarações aos jornalistas no âmbito da conferência «A Europa - Os Grandes Desafios», promovida em Soure pela Secção de Assuntos Europeus do PS/Coimbra, sublinhou que a saída do cargo pode dar-se já no próximo Congresso do Partido, em Janeiro, ou, «o mais tardar, logo depois das legislativas».

O também secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro encara, por outro lado, como «uma hipótese aliciante» uma candidatura ao Parlamento Europeu.

Ao intervir no encerramento da conferência, o camarada António José Seguro defendeu que para responder aos grandes desafios da Europa «é importante saber o posto do observador, sentirmo-nos e pensarmos como europeus».

A Agenda 2000 (nomeadamente o alargamento da União), o quadro financeiro 2000-2006, a política externa e a segurança comum, a entrada do euro, o combate ao desemprego, pobreza e miséria, e os problemas de cidadania são os «grandes desafios imediatos» referidos.

Para responder a estes desafios, sustentou, «é preciso enquadrá-los dentro da ideia que a sociedade tem de uma Europa como um espaço de paz, liberdade, progresso, solidariedade, e aberto ao mundo».

António José Seguro encara como «fundamental existir, no que se refere ao alargamento da União, uma perspectiva de solidariedade para com os países» que pretendem aderir, porque, sustentou, «tal como o foi no passado para Portugal, hoje é muito importante para eles» esse novo passo.

Combater atitudes racistas

A necessidade de «combater atitudes racistas» dentro da União e no espaço europeu, e de o progresso poder «beneficiar todos, através de uma melhor distribuição de riqueza - o que hoje não acontece» foram outras das preocupações manifestadas pelo presidente da Comissão Permanente do PS.

«A Política Social Europeia», «Ser um Jovem Europeu», «A Segurança Interna no Âmbito do Espaço Europeu», e «A Defesa Nacional na Perspectiva da União Europeia» foram os temas em discussão na Conferência que se saldou num enorme êxito. São necessárias iniciativas como esta. É necessário debater as grandes questões nacionais, europeias e mundiais. É necessário debater os grandes desafios da esquerda face à globalização.



FERREIRA DO ALENTEJO

«Rosa Jovem»

A Juventude Socialista de Ferreira do Alentejo, uma estrutura dinâmica que muito tem contribuído para o relançamento da imagem do PS no Alentejo, voltou a editar o seu boletim informativo «Rosa Jovem».

Espaço informativo de reflexão e crítica, na edição nº 12 do «Rosa Jovem», referente a Outubro, Novembro e Dezembro, a regionalização é o tema dominante.

Particularmente críticos em relação a alguns antigos e actuais dirigentes do PS do Alentejo, os jovens socialistas de Ferreira do Alentejo escrevem: «Como é possível acreditar em pessoas que só dão a cara em proveito próprio sem se preocuparem com aqueles que dão o "litro" em todas as frentes de batalha.»

Editado antes do referendo sobre a regionalização, no boletim a JS de Ferreira do Alentejo é defendido convictamente o Sim.

«Não devemos, nem podemos perder uma oportunidade única para se fazer a maior reforma administrativa do século XX», escrevem os jovens socialistas.

LEIRIA

PS quer descentralização

Os socialistas de Leiria mantêm empenho na descentralização.

Num comunicado, a Federação Distrital do PS/Leiria considera que a única leitura «legítima e democrática» dos resultados do referendo do dia 8 é a de que a proposta de regionalização foi derrotada.

Assim, os socialistas leirienses consideram serem atitudes «politicamente pouco sérias e até ridículas, as afirmações de alguns responsáveis de forças políticas da oposição que, incapazes de negar os evidentes sinais de interesse deste Governo pelo distrito, vêm agora numa clara atitude de oportunismo político, clamar vitória, não hesitando sequer em recorrer a ataques pessoais e soezes».

«É certo que se fez mais nestes três últimos anos pela afirmação do distrito de Leiria do que nos anteriores dez. É curioso verificar que aqueles que sempre calaram e consentiram o total esvaziamento e desprezo a que Leiria e o seu distrito foram votados, sejam agora os primeiros a falar em união de esforços que nunca propuseram ou, mais grave, jamais tiveram a humildade de praticar quando foram poder», referem, no comunicado, os socialistas de Leiria.

O PS/Leiria «assume as suas responsabilidades, afirmando desde já o seu empenho na busca de soluções alternativas, compatíveis com a afirmação do distrito de Leiria no contexto regional e nacional, no respeito pela vontade dos portugueses em geral e dos leirienses em particular e que garantam uma efectiva aproximação do poder aos cidadãos à luz do novo quadro resultante deste referendo».

Por último, o PS/Leiria «manifesta toda a sua solidariedade e apreço ao secretário-geral, camarada António Guterres, que, mais uma vez, deu provas da sua enorme estatura política e cívica ao chamar a si toda a responsabilidade pelos resultados, a qual manifestamente lhe não cabe e que aqui claramente queremos partilhar».

TAVIRA

PS crítica Câmara

Depois de se ter tornado tristemente célebre, enquanto secretário de Estado do Ambiente de um Governo do PSD, pela perseguição fundamentalista que moveu aos fumadores e aos locais de diversão nocturna, o que lhe mereceu rasgados elogios de sectores da direita ultramontana e cinzenta, ao mesmo tempo que dava rédea solta a alguns interesses privados que continuavam os seus atentados às mais elementares normas ambientais, Macário Correia abandonou a capital, onde, pasme-se, pretendia ser presidente, e foi para Tavira.

Os tavirenses mereciam melhor sorte. À frente da Câmara Municipal a actuação de Macário Correia tem sido, no mínimo, desastrosa.

Tavirenses mereciam melhor sorte

Num comunicado, a Secção de Tavira do PS dá conhecimento da posição assumida na Assembleia Municipal pelos socialistas no que respeita ao Plano de Actividades e Orçamento para 1999 e que se traduziu pela abstenção.

Segundo os autarcas socialistas, os dois documentos «não correspondem às expectativas geradas, ficando longe daquilo que seria desejável no plano das orientações e prioridades indispensáveis para o desenvolvimento equilibrado e sustentado do município de Tavira».

Na declaração de voto, os autarcas do PS consideraram que «o feito mais notável do presente Plano de Actividades consiste na recuperação que faz para esta gerência de algumas obras lançadas em gerências anteriores e que agora considera "essenciais na vida da cidade"».

Muita parra e pouca uva

Todavia, lê-se na declaração de voto, «se excluirmos estas obras e outras medidas que na sua esmagadora maioria já estavam em curso, concluímos facilmente estar perante um Plano de Actividades e o Orçamento de *muita parra e pouca uva*».

«O crescimento de certo tipo de despesas que reflecte um despesismo exagerado (horas extraordinárias, assessorias, etc.) e os indícios claros de endividamento excessivo do município, a par de discrepâncias na dotação de alguns sectores que a nosso ver justificariam outro tratamento, constituem preocupações que não podemos escamotear», referem os socialistas.

Internacional Socialista Guterres considera prioritário atacar a crise financeira mundial

O secretário-geral do PS, camarada António Guterres, considerou no dia 23, em Genebra, que é prioritário atacar a crise financeira mundial, de forma a evitar que esta se transforme numa crise económica.

«Regular a globalização e globalizar a regulamentação» foi o título que o líder do PS deu à sua intervenção no Conselho da Internacional Socialista, em Genebra, quando lançou o tema da resposta ao processo de globalização económica, em debate neste encontro.

António Guterres, que se encontrava acompanhado pelo camarada José Lamego, secretário Internacional do PS, considerou que a solução «passa sobretudo pela capacidade de as nações mais desenvolvidas e de as organizações internacionais terem políticas activas de promoção do crescimento, do emprego e do comércio internacional, ajudando os países em maiores dificuldades a sobreviverem a esta crise».

O secretário-geral do PS defendeu ainda a reforma das instituições internacionais, referindo como pontos essenciais a criação de um Conselho de Segurança Económico na ONU e a reforma das instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e FMI).



QUE SE PASSA

Maria João Rodrigues

Simulacros em Albufeira

Até ao dia 3 de Janeiro vai estar patente ao público, na Galeria Municipal, uma exposição de pintura de Carlos Guerra, intitulada «Simulacros».

A mostra poderá ser visitada diariamente, das 10 e 30 às 17 horas, exceptuando os feriados.

Picasso em Cascais

A Câmara Municipal e a Fundação D. Luís I promovem, até ao dia 20 de Dezembro, a mostra de gravuras de Pablo Picasso «Suite 156» (segunda parte).

A exposição encontra-se patente na Galeria do Centro Cultural Gandarínia.

Jazz em Coimbra

Amanhã estreia o filme «Species II», de Peter Medak, com Natasha Henstridge e Michael Madsen nos principais papéis.

A conferência de encerramento das Conferências de Coimbra (do séc. XX ao séc. XXI) – Balanço Crítico e Prospecções» realizar-se-á no sábado, dia 28, às 16 horas, na Casa Municipal da Cultura.

«Presente e Futuro da Arte Portuguesa» será o último tema a debater, no âmbito deste ciclo.

Até ao dia 29 o Pátio da Inquisição será palco para a representação da peça «Pranto de Maria Parda», de Gil Vicente.

A primeira quarta-feira de Dezembro, dia 2, será marcada por uma *Jam Session* de jazz. Este espectáculo, que é realizado por profissionais, estando aberto a todos os músicos que nele queiram participar, decorrerá no Auditório do Instituto Português da Juventude, pelas 22 horas.

Referências oceânicas em Fafe

Até sábado decorre, sob a Arcada da Praça 25 de Abril, o Mercado do Livro.

Os grandes apreciadores da leitura encontrarão neste certame, aberto ao público das 10 às 20 horas, centenas de exemplares dos mais diversos géneros literários a preço de saldo.

A autarquia apresenta, na Galeria Municipal, a exposição de artes plásticas «Referências do Mesmo Oceano».

Trata-se de uma colecção de óleos, aguarelas e desenhos dos artistas Hélder Oliveira (Angola), Rafael Villas (Portugal) e Ricardo Nobre (Brasil).

A mostra estará patente, até ao dia 12 de Dezembro, entre as 9 e as 12 horas, de segunda a sexta-feira, e entre as 14 horas e as 17 e 30, aos sábados, encerrando nos feriados e domingos.

Cinema em Guimarães

Hoje, às 18 horas, realiza-se, no Museu Alberto Sampaio, um recital de piano,

fagote e oboé. Trata-se de um momento musical com composições deste século. No Auditório da Universidade do Minho exhibe-se hoje, às 21 e 45, «Abril», um filme de Nanni Moretti.

Amanhã, à mesma hora e na mesma sala estreia-se a mais recente realização de Abel Ferrara, «Sentiste a Minha Falta».

Também a partir de amanhã e até ao dia 30 poderá ver, no Cinema São Mamede, «O Negociador», de F. Gary Gary.

Para os mais pequenos as manhãs infantis do Cinema São Mamede reservaram, no fim-de-semana, a película «A Pequena Sereia».

Bailado em Lisboa

Hoje e amanhã, às 21 e 30 e 19 horas, respectivamente, assista ao concerto que a Orquestra Gulbenkian dará, no Grande Auditório da Fundação do mesmo nome, onde serão recriadas obras de Strauss, Hindemith e Bartholdy, sob a direcção do maestro Muhai Tang.

«O Negociador», de F. Gary Gary; «Os Mutantes», de Teresa Villaverde; «Mulan», de Anthony Bancroft; «Hope Floats», de Forest Whitaker e «Species II», de Peter Medak, são as cinco fitas debutantes, a partir de amanhã, nas salas de cinema lisboetas.

O Pavilhão Multiusos do Parque das Nações será palco, no dia 29, de um espectáculo de rock pesado a cargo de Marilyn Manson.

«Universos e Frigoríficos» é a peça de Jacinto Lucas Pires que poderá ver a partir do sábado, dia 28, até ao dia 2 de Dezembro, no Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém.

Até ao final do mês não perca a oportunidade de assistir, no Coliseu de Lisboa, ao bailado «O Quebra-Nozes».

Este tradicional espectáculo da época natalícia será recriado pelo Ballet da Ópera de Novosibirsk (Rússia).

Vídeo no Porto

«Eventos e Vídeos» é o título genérico da mostra patente, amanhã, no sábado, dia 28 e no domingo dia 29, na Capela da Fundação de Serralves.

Ao longo destes três dias serão projectados alguns dos vídeos mais recentes de António

Rego, nomeadamente «Trapped», «Application Form», «Next Door», «Saudade e Solidão», «The Learning Curve as a Ghost», «The Restaurant» e «Glasgow People».

As comemorações do Dia Nacional da Cultura Científica terminam no próximo sábado, dia 28.

Assim, até lá, leve os seus filhos até ao pavilhão infantil para apreciarem as sessões de diaporamas e a mostra fotográfica.

Fantoches em Valença

Hoje, às 16 e 30, haverá um espectáculo de teatro de fantoches na Biblioteca Municipal.

A «Hora do Conto» reserva para os mais novos a história de «O Príncipe Sapo», amanhã, à mesma hora e no mesmo local. Para os amantes do cinema chegará a oportunidade de apreciar a primeira longa-metragem do realizador português Fernando Fragata. Trata-se do filme «Pesadelo Cor-de-Rosa», cujas interpretações principais estão a cargo de Catarina Furtado e Diogo Infante, e que estará em exibição, no Cine-Ibéria, a partir de amanhã e até ao dia 1 de Dezembro.

Até ao dia 30 poderá visitar, no Arquivo Municipal, a exposição dos trabalhos da pintora Pilar Ternes.

Fotos em Vila Real de Santo António

O teatro algarvio descentraliza-se. A «Rap-sódia Vicentina», de Gil Vicente, será recriada hoje, às 21 e 30, e amanhã, pelas 15 horas, no Centro Cultural.

Vale a pena acompanhar esta digressão de Inês Pereira com Péro Marques, o vaqueiro Gil Vicente, as figuras que este criou e outras surpresas que o encenador José Louro acrescentou.

«Evasões» é o nome da exposição que poderá visitar no Centro Cultural até ao dia 7 de Dezembro.

As fotos expostas nesta mostra retratam experiências vividas por Hélder Oliveira, enquanto fotojornalista, ao longo de 15 anos. Trata-se de transmitir uma forma de expressão que pretende transmitir emoções e sentimentos através de simples imagens, sem palavras.

SUGESTÃO

VídeoViana

A Câmara Municipal de Viana do Castelo vai realizar, entre os dias 2 e 5 de Dezembro, a quarta edição do VídeoViana – Festival Nacional de Vídeo de Viana do Castelo, sob a direcção técnica do cineasta Lauro António.

O certame, a decorrer no auditório do Museu Municipal, destina-se a profissionais e amadores de vídeo, inserindo-se numa realidade já existente e com significativa tradição e implementação em Viana do Castelo, o FestiViana.

Mais do que uma mostra de obras, o VídeoViana pretende ser um ponto de encontro e diálogo sobre a realidade cultural, histórica e etnológica, artística e sociológica do Alto Minho, sempre encarada sob o ponto de vista do audiovisual. As cópias dos trabalhos devem ser enviadas em suportes de vídeo VHS, Super VHS e em Betacam, até amanhã, na autarquia, podendo cada concorrente apresentar um ilimitado número de obras.

Ao melhor trabalho será atribuído o grande prémio, no valor de 200 contos, estando também previstos galardões no valor de cem mil escudos para cada um dos seis primeiros premiados em cada uma das categorias do concurso.

Além desta parte competitiva, haverá secções informativas para recuperar a história da cidade e do Alto Minho, que terão como suporte obras audiovisuais em filmes de 16 ou 8 milímetros que documentem a vida quotidiana, as festividades, a etnografia e a cultura do passado desta região.

Na edição do VídeoViana deste ano apresentar-se-á, ainda, uma mostra de obras cinematográficas sobre os oceanos, procurando captar para esses mesmos trabalhos um público jovem e em idade escolar.

POEMA DA SEMANA

Guitarra Universal

*Guitarra, meu bordão de peregrino!...
Ouve-se o destino
em tua voz misteriosa
sempre ausente...*

*Guitarra – vidente,
rosa a rosa
desfolhada no presente
pétala a pétala.*

Senhora de Portugal!

*Guitarra – nossa – condição.
Guitarra – povo.
Guitarra Universal!*

Carlos Carranca
In «7 poemas para Carlos Paredes»

Feira das Velharias
28 de Novembro Praça Velha – Coimbra
Org. Câmara Municipal de Coimbra - Turismo



OS ELEFANTES TAMBÉM SE ABATEM!

Devido a condições climáticas insuperáveis, vive-se, actualmente, na Região do Douro uma crise no que respeita à produção do vinho da Região.

Como é sabido, a produção de vinho da Região orienta-se para dois sectores distintos – o vinho do Porto e o vinho do Douro.

Ora sendo o sector do vinho do Porto o mais rentável é claro que, a curto prazo, qualquer baixa de produção se reflecte sobretudo no sector dos vinhos comuns.

É neste mecanismo de "regulação automática" obtido através da interrelação de um conjunto de entidades representantes do sector na Região, que assenta a afirmação de que o vinho do Porto não reflecte os ciclos anuais de produção, uma vez que "é um sector protegido".

De todo modo tudo isto é válido apenas, como se disse, no curto prazo e o que é verdade é que podem, desde já, detectar-se alguns sinais de preocupação, o principal dos quais é claramente o facto de no ano corrente não ter sido atingido o nível de "benefício" fixado pela entidade que gere essa competência.

É pois neste quadro de alguma complexidade, dependente do equilíbrio estabelecido entre produtores de vinho comum e de vinho beneficiado, entre produtores e exportadores, ou entre representantes do interesse público e do interesse privado, que se torna delicado ao mesmo perigoso, a subsistência de factores de instabilidade.

Por outras palavras neste quadro é intolerável a situação que se vive na Casa do Douro.

A Casa do Douro é uma Instituição centenária que prestou relevantes serviços à economia da Região e sobretudo à cultura da Região, mas que se encontra claramente ultrapassada.

Está ultrapassada porque perdeu uma boa parte das suas competências (nomeadamente na gestão da política de benefício, embora mantenha os aspectos mais perversos dessa política) mas, sobretudo, porque se tornou palco de uma gestão desastrosa, irresponsável e incompetente.

A história é conhecida, e surge à luz do dia com a operação desastrosa, em 1990, da compra de 40% do capital social da Real Companhia Velha.

A excessiva ganância e o claro compadrio que "justificaram" esta operação, revelaram-se verdadeiramente desastrosos para os interesses da Casa do Douro.

Claro que quando as coisas correm mal, a solução é sempre a mesma: o recurso aos meios financeiros públicos.

Assim ocorreu mais uma vez e o governo até correspondeu, pois estabeleceu um princípio de acordo, através de uma sociedade de capital de risco, que permitiu resolver os problemas mais imediatos.

Mas o que a gestão da Casa do Douro queria não era bem isso.

O que efectivamente se pretendia era a continuação do controlo da Instituição com a ga-

rantia de que todos os buracos financeiros acabariam por ser cobertos por todos nós e, se possível, sem contrapartidas.

O governo resolveu entretanto, dizer basta, e fez bem!

Claro que precipitou uma crise institucional ainda não completamente encerrada.

Mas, não será esta uma boa oportunidade para clarificar a questão institucional da Região redefinindo competências, meios humanos, técnicos e financeiros e, sobretudo, missões mais adequadas?

Qual é afinal a verdadeira competência da Casa do Douro que não possa ser exercida, por uma qualquer outra entidade de administração pública indirecta, criada ou reformulada sem os problemas e vícios da actual Instituição?

A Casa do Douro tem um papel importante no quadro da Região onde se integra, nomeadamente no que diz respeito aos aspectos culturais, de conservação do Património, de preservação da história e dos procedimentos institucionais.

Só que isto não justifica tudo! A indispensável função reguladora do sector deve ser centrada noutras instituições e em serviços novos.

Por isso é que o problema da Casa do Douro não se resolve com uma simples substituição do seu gestor ou da sua administração.

Por isso é que o Estado faz bem em manter-se alheio à crise, mas atento às profundas mutações que se verificam na economia e na sociedade dessa Região.

«Cinquenta anos depois, a figura de Federico García Lorca continua a ser simbolicamente a linha por onde passa a separação entre a intolerância e a convivência, entre o obscurantismo e a liberdade. Acreditem que a diferença continua a existir. Tão certo quanto existirem esquerda e direita.»

António Mega Ferreira
Público, 23 de Novembro

«A RTP não é uma empresa destinada a ter lucros, mas sim a fornecer um serviço público de qualidade.»

Alberto Arons de Carvalho
Público, 18 de Novembro

«A náusea do "Big Show" começa a tornar-se insuportável e incómoda para a SIC.»

Mário Castrim
Tal & Qual, 20 de Novembro

«Em Portugal, hoje, os lobos atacam de dia. Como se prova na telenovela de Francisco Nicholson.»

Idem, ibidem

«Sou empresário agrícola e quero cultivar sobreiros.»

António Saleiro
«Tal & Qual», 20 de Novembro

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Maria João Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque		Vale de correio	
6 meses		12 meses	
Valor		\$	

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque		Vale de correio	
6 meses		12 meses	
Valor		\$	

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.